

DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PROJETOS DE EXTENSÃO NO ENSINO A DISTÂNCIA

*DEVELOPMENT AND MANAGEMENT OF EXTENSION PROJECTS IN DISTANCE
LEARNING*

Daniele L. C. Costa - UNIASSELVI

Bianca A. G. Gonçalves de Araujo - UNIASSELVI

Keitty A.W. Becker - UNIASSELVI

Daiane Migliolli Yetika - UNIASSELVI

Sheila Patrícia Ramos - UNIASSELVI

< daniele.costa@uniasselvi.com.br >, < bianca.araujo@uniasselvi.com.br >,

< keitty.wille@uniasselvi.com.br >, < daiane.migliolli@uniasselvi.com.br >

< sheila.beckhauser@uniasselvi.com.br >

Resumo. Este artigo demonstra o desenvolvimento e a gestão dos projetos de extensão na EaD em uma Instituição de Ensino Superior (IES). O processo se inicia com a criação de projetos pelos professores, estabelecendo cronogramas, objetivos e metodologia detalhados. O aluno realiza as atividades por meio da orientação do professor e envia a comprovação das atividades. A validação das horas de extensão ocorre por meio da análise das fichas de frequência e evidências. A partir deste estudo pode-se concluir que o desenvolvimento e gestão são essenciais para o sucesso das atividades extensionistas, promovendo aprendizado significativo e impacto positivo na comunidade.

Palavras-chave: ensino a distância; extensão curricular; projetos; gestão; desenvolvimento.

Abstract. This article demonstrates the development and management of extension projects in distance learning at a Higher Education Institution (HEI). The process begins with the creation of projects by teachers, establishing detailed schedules, objectives and methodology. The student carries out the activities under the guidance of the teacher and sends proof of the activities. The validation of extension hours occurs through the analysis of attendance sheets and evidence. From this study, it can be concluded that development and management are essential for the success of extension activities, promoting significant learning and positive impact on the community.

Keywords: distance learning; curricular extension; projects; management; development.

1 Introdução

A Extensão Universitária emergiu na Inglaterra do século XIX como um movimento que buscava democratizar o acesso ao conhecimento. A ideia era proporcionar uma "educação continuada" (*Lifelong Education*), direcionada principalmente à população adulta que, por diversas razões, não havia cursado a universidade. Esse contexto histórico, marcado por profundas transformações sociais e econômicas, impulsionou a criação de iniciativas que levassem a educação para além dos muros das instituições de ensino superior (NOGUEIRA, 2005).

A ideia da curricularização da extensão universitária apareceu primeiramente no Plano Nacional de Educação 2001-2010 em suas metas 21 e 23, instituindo a obrigatoriedade de créditos curriculares para a graduação, integralizados em ações extensionistas (GADOTTI, 2017). Essa obrigatoriedade reapareceu no PNE de 2014-2024, na sua estratégia 7 da meta 12, com a seguinte redação: "assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social". A curricularização da extensão reforça o

tripé ensino, pesquisa e extensão, aproximando a universidade da sociedade e evidenciando sua função social (GADOTTI, 2017).

A Educação a Distância (EaD) tem revolucionado a forma como aprendemos e interagimos com o conhecimento. Essa modalidade de ensino, que antes era vista como uma alternativa, tornou-se uma realidade cada vez mais presente nas instituições de ensino superior. Com esse novo cenário, a extensão universitária enfrenta o desafio de se adaptar e inovar para suprir as necessidades dos alunos de ambas as modalidades, presencial e a distância.

Dessa forma, o objetivo deste estudo é demonstrar o desenvolvimento e a gestão dos projetos de extensão na EaD em uma Instituição de Ensino Superior (IES). Para que o objetivo proposto fosse atendido foi realizado um estudo exploratório classificado como descritivo em termos de seus objetivos, adotando um relato de experiência em relação aos procedimentos e caracterizando-se como qualitativo em sua abordagem.

2 Extensão Universitária: Definição, Importância e Contexto

A Extensão Universitária desempenha um papel fundamental ao conectar as universidades com a sociedade, promovendo um intercâmbio de conhecimentos e contribuindo para a transformação social. Sua origem remonta ao século XIX, na Inglaterra, quando foi concebida como uma forma de Educação Continuada, com o objetivo de levar o conhecimento acadêmico à população adulta que não tinha acesso ao ensino superior. De acordo com Nogueira (2005), essa iniciativa buscava ampliar as oportunidades educativas, fornecendo formação a trabalhadores e cidadãos que, por questões socioeconômicas, estavam à margem do sistema formal de educação.

No Brasil, no entanto, a trajetória da Extensão Universitária enfrentou um caminho distinto e desafiador. O Decreto do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, que visava regulamentar o ensino superior no país, limitou o papel das universidades à promoção e divulgação de pesquisas, destinadas prioritariamente a um público mais instruído. Foi apenas nos anos 1960, em um período marcado por intensas transformações sociais e pela crescente mobilização popular, que a extensão universitária passou a ser valorizada como uma atividade indissociável do ensino e da pesquisa. Nesse contexto, as universidades começaram a implementar ações direcionadas às classes populares, buscando não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a conscientização sobre direitos e cidadania. Esse movimento refletia uma resposta à demanda por maior engajamento social, reconhecendo a extensão como um instrumento essencial para promover justiça social e desenvolvimento comunitário (NOGUEIRA, 2005).

A extensão não é uma via de mão única, mas uma troca que valoriza o conhecimento. Santos (2005) ressalta a importância da universidade em se engajar com os problemas sociais e promover a democratização do conhecimento. Ele defende que a extensão universitária deve ir além da simples aplicação de conhecimentos acadêmicos, atuando como um processo de transformação social.

Outro autor que explora o impacto social da extensão é Dias Sobrinho (2005) que argumenta que a universidade deve se responsabilizar pela produção de conhecimentos que atendam às necessidades sociais, a extensão não é apenas uma forma de "devolver" conhecimento à comunidade, mas sim uma oportunidade para a universidade aprender com a sociedade. Cortella (2009) também contribui para a discussão ao afirmar que a extensão universitária é um espaço de prática e reflexão, essencial para a formação integral dos estudantes. Ele sugere que a extensão deve ser entendida como um meio para desenvolver a consciência crítica e o engajamento social dos discentes. Silva (2016) aborda o papel da extensão universitária como parte integrante da formação acadêmica e como um instrumento de inclusão social. Ela argumenta que a extensão

pode ser um catalisador para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, enfatizando a importância das diretrizes estabelecida

Conforme estabelecido pelo Artigo 207 (BRASIL, 1988), as universidades brasileiras são orientadas pelo "princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". Isso significa que essas três dimensões não podem ser vistas como atividades isoladas, mas sim como interdependentes, contribuindo conjuntamente para a missão educativa das instituições de ensino superior. A inclusão da extensão universitária na formação dos estudantes busca desenvolver um aprendizado mais significativo, fortalecendo o compromisso social das instituições e estimulando o engajamento cidadão dos acadêmicos. Dessa forma, a extensão se torna não apenas uma exigência legal, mas também uma ferramenta essencial para a formação integral, preparando os alunos para atuar de forma ética e comprometida com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A Resolução CNE/CES nº 7/2018 do Conselho Nacional de Educação regulamenta essa exigência, reforçando que as atividades de extensão devem estar vinculadas ao projeto pedagógico do curso, e precisam promover impactos sociais significativos, beneficiando tanto os estudantes quanto as comunidades envolvidas. Assim, as atividades extensionistas devem ser planejadas de forma a fomentar o desenvolvimento acadêmico, social e cultural dos discentes, integrando o conhecimento teórico adquirido em sala de aula com práticas voltadas para a realidade social. Assim, todos os cursos de graduação devem incluir, obrigatoriamente, atividades de extensão em sua matriz curricular, com pelo menos 10% da carga horária total do curso destinada a essas práticas.

Para que essas ações sejam verdadeiramente transformadoras, é essencial que sigam diretrizes bem estabelecidas, garantindo sua eficácia e relevância. Segundo o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2012), cinco princípios fundamentais orientam a prática extensionista: 1) interação dialógica, que prioriza um diálogo aberto e colaborativo entre a universidade e a comunidade; 2) interdisciplinaridade e interprofissionalidade, promovendo a integração de diferentes áreas do conhecimento para uma abordagem mais abrangente; 3) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, reforçando a integração dessas dimensões para um aprendizado mais significativo; 4) impacto na formação do estudante, garantindo que as experiências extensionistas contribuam para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos discentes; e 5) impacto e transformação social, buscando não apenas atender às necessidades imediatas da comunidade, mas também promover mudanças duradouras e benéficas. Essas diretrizes refletem a necessidade de que as ações extensionistas não sejam apenas uma atividade complementar, mas um componente central na missão das universidades de promover a justiça social, a cidadania ativa e o desenvolvimento sustentável.

Essa integração implica que o ensino não se limita à mera transmissão de conteúdos, mas envolve um processo histórico de construção e atualização de saberes, enquanto a pesquisa é direcionada à inovação e produção de novos conhecimentos. Nesse contexto, a extensão destaca-se como um processo educativo e formativo essencial, voltado para a intervenção social e a promoção de mudanças nas comunidades. De acordo com Souza (2000), a extensão universitária emerge como uma resposta às demandas sociais, buscando atender necessidades concretas e promover o desenvolvimento coletivo. Por meio dela, as universidades não apenas difundem o conhecimento existente, mas também se abrem para novos aprendizados e formas de atuação social, contribuindo para o exercício da cidadania e para o fortalecimento do compromisso social das instituições acadêmicas.

3 Metodologia

Trata-se de um estudo exploratório e reflexivo que tem por objetivo demonstrar o desenvolvimento e a gestão dos projetos de extensão na EaD em uma IES. Quanto à sua natureza, este estudo se enquadra como uma pesquisa descritiva, tendo como objetivo principal a apresentação detalhada de uma experiência. A metodologia adotada é qualitativa, o que permite uma compreensão mais profunda do fenômeno investigado, especialmente em áreas onde há pouco conhecimento sistematizado. De acordo com Vergara (2013), este tipo de pesquisa não é direcionado à comprovação de hipóteses, mas sim à exploração de novos temas e à geração de novas ideias. Richardson (2012) afirma que a abordagem qualitativa é justificada principalmente por ser apropriada para compreender a natureza de um fenômeno social que envolve aspectos da realidade que não podem ser quantificados.

O Relato de Experiência (RE) é um método subjetivo na pesquisa qualitativa que valoriza a experiência pessoal do pesquisador. Ao resgatar e analisar memórias, o RE possibilita a construção de conhecimento a partir de uma perspectiva única, contribuindo para a compreensão de fenômenos complexos e a proposição de novas abordagens (DALTRO; FARIA, 2019). Este método apresenta pertinência para o meio acadêmico ao proporcionar compreensão dos fenômenos e potenciais intervenções na área, contribuindo para o desenvolvimento tanto acadêmico quanto profissional.

Buscando responder o objetivo do presente estudo, foram utilizados alguns meios para coleta de dados. O Quadro 1 aponta os principais meios de coleta de dados e seu objetivo.

Quadro 1 - Fonte de coleta de dados

Coleta de Dados	Objetivo
Edital anual de projetos de extensão	Propor novos projetos para promover a inclusão de novas iniciativas de impacto acadêmico e social. Verificar a estrutura dos projetos de extensão.
Documento modelo de projeto de extensão	Verificar a estrutura do projeto de extensão
Acesso ao ambiente de aprendizagem do estudante	Verificar as etapas a serem realizadas pelos estudantes para aderir, realizar e finalizar o projeto de extensão.
Acesso ao ambiente interno por parte dos atores (equipe de validação) envolvidos nos projetos de extensão	Verificar como é realizada a validação dos projetos de extensão realizadas pelos estudantes.
Acesso a ferramenta <i>Business Intelligence</i>	Verificar como ocorre o monitoramento e acompanhamento das atividades de extensão.

Fonte: Autores

A partir dos itens relacionados para a coleta de dados foi possível analisar e sistematizar as etapas do desenvolvimento e gestão dos projetos de extensão. Os resultados são apresentados na seção resultados e discussões.

4 Resultados e Discussões

O processo de gestão dos projetos de extensão envolve uma série de etapas essenciais para garantir a qualidade e a efetividade das atividades a serem desenvolvidas pelos alunos. A Figura 1 ilustra as etapas desse gerenciamento, desde a elaboração do projeto até a aprovação das horas de extensão.

Figura 1 – Etapas do Gerenciamento dos Projetos de Extensão



Fonte: Autores

As etapas descritas na Figura 1 serão analisadas nos tópicos a seguir a fim de atender o objetivo deste estudo.

4.1 Desenvolvimento de Projetos de Extensão

O desenvolvimento de projetos de extensão pela IES estudada, segue um edital anual que visa promover a inclusão de novas iniciativas de impacto acadêmico e social. Esses projetos podem ser submetidos por coordenadores, professores de ensino a distância, tutores internos e externos, membros da gestão acadêmica dos polos, acadêmicos e representantes da comunidade externa. Essa diversidade de agentes permite que as atividades de extensão sejam integradas e contemplem diferentes perspectivas e necessidades considerando a regionalidade dos acadêmicos.

No contexto da educação a distância, o professor EaD desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de projetos de extensão, que conectam o ensino acadêmico às demandas da comunidade local. Ao elaborar e propor projetos de extensão, o docente EaD segue rigorosamente o edital, incluindo critérios específicos definidos pela instituição, o que assegura alinhamento aos objetivos institucionais e acadêmicos.

Para submeter uma proposta de projeto de extensão, o professor EaD considera as competências essenciais para o curso ao qual está vinculado. Além disso, o projeto deve incluir uma estrutura completa, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Estrutura dos Projetos de Extensão

Item	Descrição
Introdução e Fundamentação Teórica	Contextualiza o projeto, relacionando-o ao conhecimento teórico e às competências trabalhadas no curso, e destaca a relevância para a formação dos estudantes e para a comunidade.
Objetivo da Atividade de Extensão	Define o propósito específico do projeto e os resultados esperados com sua implementação.
Pré-requisitos do Estudante	Identifica conhecimentos prévios que o estudante precisa ter para acompanhar o desenvolvimento do projeto.
Justificativa	Identifica conhecimentos prévios que o estudante precisa ter para acompanhar o desenvolvimento do projeto.
Metodologia	Detalha as etapas do projeto, descrevendo as atividades e ações que os estudantes deverão realizar.
Cronograma e Carga Horária	Apresenta um cronograma detalhado de cada etapa do projeto, incluindo a carga horária (CH) específica de cada fase.
Anexos e Referências Bibliográficas	Inclui, se necessário, anexos complementares e referências teóricas conforme as normas ABNT, reforçando a fundamentação teórica e o embasamento do projeto.

Fonte: Dados da IES (2024)

As atividades de extensão são classificadas em cinco modalidades, cada uma com características específicas, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Modalidades dos Projetos de Extensão

Item	Descrição
Programas	Conjunto de atividades integradas, planejadas para médio e longo prazo, que visam alcançar um objetivo comum e promovem a articulação de projetos e outras atividades de extensão.
Projetos	Atividades de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com um objetivo específico e prazo determinado, podendo ou não estar vinculadas a um programa de extensão.
Cursos e Oficinas	Atividades pedagógicas, teóricas e/ou práticas, realizadas de forma presencial, destinadas à formação continuada, aperfeiçoamento e disseminação de conhecimentos.
Eventos	Atividades formativas de curta duração que visam a apresentação de conhecimento ou produtos culturais, científicos ou tecnológicos.
Prestação Serviços	Atividades focadas na solução de problemas sociais e profissionais, com uma abordagem que visa desenvolver novas metodologias pedagógicas e práticas aplicadas.

Fonte: Dados da IES (2024)

O processo de seleção dos projetos de extensão passa por quatro etapas rigorosas de avaliação, que incluem: 1) Avaliação inicial realizada pelos coordenadores do curso proposito, de acordo com

ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância

os critérios do edital. 2) Triagem das atividades já aprovadas, conduzida pela Comissão Integrada de Extensão e Iniciação Científica. 3) Segunda avaliação feita pela mesma comissão, garantindo uma revisão criteriosa de cada proposta. 4) Revisão ortográfica das atividades aprovadas e cadastro final no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Para que o projeto seja aprovado e faça parte do portfólio de projetos da IES, o mesmo deve atender a critérios específicos, como o preenchimento correto dos campos do template conforme o edital, originalidade para a instituição, relevância social e linguagem formal. É essencial que o projeto apresente fundamentação teórica consistente, com referências conforme as normas ABNT e uma metodologia detalhada que possibilite a execução autônoma das atividades pelos acadêmicos.

Uma vez aprovado o projeto, o professor EaD assume a responsabilidade pelo atendimento e orientação dos estudantes. Esse acompanhamento é realizado por meio de protocolos de atendimento, acessados pelo AVA, onde o estudante pode abrir protocolos para tirar dúvidas e receber orientações. Dessa forma, o professor EAD não apenas idealiza e propõe projetos de extensão, mas também participa ativamente do processo de implementação e suporte aos estudantes, consolidando a prática extensionista como uma ferramenta poderosa para integrar o ensino à realidade social e profissional.

Atualmente, a IES estudada conta com um total de 183 cursos, dos quais 91 são propositores de atividades extensionistas. Além disso, possui 425 projetos de extensão aprovados, dos quais 398 estão em andamento. Esses números refletem um elevado grau de especificidade, tanto nas áreas de conhecimento dos cursos quanto nas atividades extensionistas desenvolvidas. A existência de múltiplos projetos de extensão específicos para cada curso é importante, pois proporciona aos alunos a oportunidade de aplicar, na prática, o conhecimento teórico adquirido durante a formação acadêmica. Além disso, esses projetos permitem que os estudantes desenvolvam competências técnicas e comportamentais essenciais para sua atuação profissional, ao mesmo tempo, a aplicação dessas habilidades em iniciativas que impactam a comunidade fortalece o papel social da universidade, aproximando o estudante das demandas do mercado e das necessidades da sociedade, contribuindo para sua formação como um profissional mais preparado e engajado socialmente.

4.2 Realização do projeto de extensão pelo aluno

Ao realizar os projetos de extensão, os alunos têm a possibilidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em atividades práticas, desenvolvendo competências profissionais e interagindo com a comunidade. Para que o estudante consiga cumprir a carga horária mínima exigida pela regulamentação (Resolução CNE/CES nº 7/2018), é preciso que ele siga etapas básicas em todos os projetos, tais como as referidas no Quadro 4.

Quadro 4 – Etapas dos Projetos de Extensão

Item	Descrição
Escolha do Projeto	O aluno seleciona o projeto de extensão de acordo com seu interesse, disponibilidade e acessibilidade ao público-alvo e locais definidos no projeto, além de verificar o alinhamento com quaisquer pré-requisitos especificados. O aluno pode participar de mais de uma atividade de extensão por período letivo.

Adesão ao Projeto	O aluno formaliza sua participação, confirmado sua adesão e compromisso com as atividades de extensão. As atividades disponíveis ficam para adesão durante todo o ano.
Execução das Etapas do Projeto	O aluno realiza todas as atividades e etapas definidas no cronograma do projeto, seguindo as orientações metodológicas propostas para alcançar os objetivos do projeto.
Envio das Comprovações	O aluno envia registros comprobatórios, como a Ficha de Frequência e evidências documentais, como registros fotográficos, que demonstrem a interação com o público-alvo nas atividades realizadas.
Autoavaliação	O aluno preenche um questionário de autoavaliação, onde reflete sobre sua própria contribuição e aprendizado no processo extensionista, promovendo uma análise crítica de seu desempenho e dos resultados obtidos.

Fonte: Dados da IES (2024)

Durante o projeto, caso o aluno tenha dúvidas ou precise de orientação, ele pode abrir um protocolo de atendimento AVA, direcionando sua questão ao professor responsável pelo projeto, que prestará o suporte necessário para a realização das atividades previstas.

Para comprovar sua participação em um projeto de extensão, o aluno também tem acesso a uma Carta de Apresentação no AVA, que formaliza sua atuação no projeto. Esse documento inclui o nome do acadêmico, o curso em que está matriculado e o nome do projeto de extensão, facilitando a comunicação com a comunidade e entidades parceiras envolvidas nas atividades. Essas etapas garantem que o aluno, além de atuar como agente de mudança, desenvolva habilidades essenciais para sua formação, fortalecendo o vínculo entre o conhecimento teórico e a prática social.

A média de tempo para a realização dos projetos de extensão pelos alunos, desde o momento da adesão até o envio das evidências, é de 51 dias. Esse prazo reflete a agilidade e o comprometimento dos acadêmicos em desenvolver as atividades propostas, além de demonstrar a eficiência do processo de planejamento e execução dos projetos pela IES. Esse período é essencial para que os alunos possam, de forma organizada, aplicar seus conhecimentos teóricos na prática, cumprir os objetivos estabelecidos e reunir as comprovações necessárias, garantindo a validação das horas de extensão.

4.3 Conferência da Atividade de Extensão

O processo de validação das horas de extensão é conduzido internamente pela IES, por meio de uma equipe especializada na análise e validação de atividades extensionistas. Este processo ocorre via sistema integrado ao AVA, assegurando a centralização e eficiência do procedimento.

A equipe de validação tem acesso à autoavaliação preenchida pelo aluno. Esta autoavaliação tem como objetivo entender a percepção do aluno quanto a realização do projeto e busca visualizar se o projeto realizado atendeu de fato alguma necessidade da comunidade na qual este aluno está inserido. Além desta autoavaliação, a equipe de validação também tem acesso à ficha de frequência, a qual é verificada em relação às etapas concluídas pelo aluno no projeto. Dessa forma, o número de horas registrado na ficha de frequência deve corresponder ao total de horas previsto

pelo projeto de extensão. É necessário que essa ficha seja previamente validada pela organização onde o aluno realizou o projeto, incluindo o CNPJ, carimbo e assinatura da entidade parceira.

Também são analisadas evidências das atividades realizadas, como fotografias e outras comprovações documentais. O aluno deve organizar um relatório que reúna todas as evidências em um único arquivo, com o objetivo de demonstrar que a atividade foi realizada com o público-alvo, conforme descrito no projeto. Após o cumprimento de todos os requisitos, as horas referentes ao projeto de extensão são validadas pela IES e o aluno consegue baixar o certificado do projeto e horas de extensão realizado. No entanto, se houver inconsistências na comprovação apresentada, o processo é indeferido e o aluno é notificado para fazer os ajustes necessários, de modo que as horas possam ser adequadamente contabilizadas.

O tempo médio de validação das atividades extensionistas pela equipe interna da IES é de 3 dias, evidenciando a eficiência do processo de gestão e acompanhamento dos projetos de extensão. Atualmente, mais de 30 mil atividades extensionistas já foram validadas (de fevereiro de 2023 a novembro de 2024) refletindo o alto volume de participação e engajamento dos alunos. Além disso, mais de 34 mil acadêmicos já realizaram a autoavaliação no AVA, onde avaliam o impacto positivo e o real aproveitamento das atividades extensionistas na comunidade, registrando um índice de concordância de 93%.

4.4 Gerenciamento das Atividades de Extensão

O monitoramento das atividades de extensão utilizando ferramentas de *Business Intelligence* (BI) é essencial para garantir a organização, execução e avaliação dos projetos, especialmente considerando os números apresentados pela IES: mais de 40 mil alunos aptos a realizar atividades de extensão, 183 cursos, 91 cursos propositores e 398 projetos ativos, conforme apresentado no quadro 4. Essa complexidade exige uma abordagem estruturada que envolva coordenação, análise de dados e engajamento de diferentes atores.

A ampla quantidade de projetos em andamento e a diversidade de áreas de conhecimento demandam um acompanhamento detalhado para assegurar que todas as iniciativas estejam alinhadas às diretrizes institucionais e aos critérios legais, como os definidos na Resolução CNE/CES nº 7/2018. Ferramentas de BI permitem integrar dados de diferentes cursos e projetos, consolidando informações relevantes para análise de desempenho e identificação de boas práticas.

Nesse contexto, o coordenador de curso deve fazer o monitoramento e acompanhar a execução dos projetos de extensão. Atuando como elo entre docentes, alunos e a gestão institucional, ele é responsável por avaliar as propostas submetidas pelos professores e orientar a implementação dos projetos de acordo com as competências essenciais do curso. Além disso, com o suporte de ferramentas de BI, os coordenadores conseguem acompanhar em tempo real o progresso dos projetos, identificar lacunas na adesão dos alunos e promover ações direcionadas juntas aos professores para aumentar o engajamento.

Quadro 5 – Gerenciamento das Atividades de Extensão

Item	Quantidade
Quantidade de alunos aptos a realização de Extensão	+40mil alunos
Quantidade de Cursos da IES	183 cursos
Quantidade de Cursos Propositores de Atividades de Extensão	91 cursos

Quantidade de Projetos de Extensão Ativos	398 projetos
Fonte: Dados da IES (2024)	

Com mais de 40 mil alunos aptos a realizar extensão, é necessário um sistema robusto que permita monitorar o envolvimento dos estudantes, a execução das etapas do projeto e o cumprimento das exigências regulatórias. Isso inclui o registro da frequência, o envio de evidências e a validação das horas de extensão. Dessa forma, o uso de BI proporciona uma visão centralizada dos dados sobre as atividades de extensão, permitindo que a gestão identifique gargalos e oportunidades de melhoria. O coordenador de curso, com acesso a esses dados, pode atuar de forma proativa junto aos demais atores pedagógicos, assegurando que os projetos propostos atendam aos critérios institucionais e tenham impacto positivo na formação dos alunos e na comunidade.

5 Conclusão

O processo de desenvolvimento e realização de projetos de extensão demonstrado ao longo deste artigo apresenta-se como uma estrutura eficaz, principalmente devido ao papel do professor, ao detalhamento meticoloso das etapas do projeto, ao suporte contínuo ao aluno e à clareza na conferência e validação das horas de atividade extensionista.

Primeiramente, o papel do professor é central na criação e renovação anual dos projetos de extensão. A cada ciclo, o docente identifica as demandas dos alunos, as competências relevantes para o curso e as necessidades da comunidade, integrando esses elementos a novos projetos. Esse planejamento contínuo permite que os alunos se envolvam em atividades significativas que não apenas reforçam o aprendizado teórico, mas também produzem impacto positivo na sociedade, cumprindo o objetivo maior da extensão universitária.

Adicionalmente, os projetos de extensão são estruturados com cronogramas detalhados, que preveem cada etapa a ser executada. Esse nível de planejamento é essencial para que os objetivos do projeto sejam atingidos de forma eficiente e alinhada com os princípios pedagógicos da instituição. A previsão das atividades no cronograma facilita para que o aluno compreenda e se prepare para as demandas de cada fase do projeto de forma mais efetiva e organizada.

Outro aspecto relevante é o acesso ao professor proponente, visto que os alunos podem tirar dúvidas e buscar orientações diretamente com o responsável pelo projeto durante a realização das atividades. Esse contato direto oferece um suporte fundamental, auxiliando os alunos a superarem desafios práticos e garantindo uma orientação contínua e adaptada às necessidades individuais. Esse acompanhamento contribui para a qualidade da experiência de extensão, promovendo um desenvolvimento mais assertivo das atividades.

Por fim, o detalhamento do projeto facilita a conferência e validação das horas extensionistas. A estrutura do projeto inclui o registro de documentos e comprovações de participação, o que torna a validação das horas de atividade mais ágil e transparente. Essa etapa assegura que as horas dedicadas pelos alunos ao projeto sejam formalmente reconhecidas, reforçando a seriedade e a relevância do trabalho extensionista. Assim, essa metodologia estruturada possibilita o

cumprimento dos objetivos de extensão universitária, promovendo o desenvolvimento de competências relevantes para a formação acadêmica e o impacto positivo na comunidade, características que destacam a eficácia do processo.

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 – PNE 2014-2024. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=103987-res-cne-ces-07-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- CORTELLA, Mário Sérgio. **Educação, conhecimento e cidadania: pensar e fazer**. São Paulo: Cortez, 2009.
- DALTRO, M. R; FARIA, A. A de. **Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade**. Estudos e pesquisas em psicologia, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.
- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação emancipatória: desafios à política e à educação superior**. São Paulo: Cortez, 2005.
- FORPROEX - Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, AM, Brasil, 2012. Disponível em: <https://proexc.ufu.br/legislacoes/2012-politica-nacional-de-extensao-universitaria-forproex-2012>. Acesso em: 12 nov. 2024
- GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária: para quê**. Instituto Paulo Freire, v. 15, n. 1-18, p. 1, 2017. Disponível em: <https://paulofreire.org/9-noticias/247-extensao-universitaria-para-que>. Acesso em 11 nov. 2024.
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org), **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: UFMG. 2005.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, sociedade & culturas**, n. 23, p. 137-202, 2005.
- SILVA, Mônica Ribeiro da. **Extensão universitária e inclusão social: um olhar sobre políticas públicas e práticas acadêmicas**. In: PEREIRA, A. M.; SILVA, A. A. (Orgs.). Extensão universitária no Brasil: diretrizes e desafios. Brasília: MEC, 2016. p. 25-48.
- SOUZA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000.

Daniele L. C. Costa, Bianca A. G. Gonçalves de Araujo, Keitty A.W. Becker, Daiane Migliolli
Yetika, Sheila Patrícia Ramos

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 14. ed. São Paulo:
Atlas, 2013.